

Carta de Belo Horizonte

**Encontro Latino-Americano de Monitoramento e Avaliação
em Promoção da Saúde (ELAPS) - 5 a 7 de novembro de 2025**

<https://www.even3.com.br/elaps-572394/>

Veios Abertos:

Uso da Avaliação de Políticas em Tempos de Resistência

Proposição: GT de Promoção da Saúde da ABRASCO

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Contexto

Reunidos em Belo Horizonte, a 17ª cidade em população na pulsante América Latina, somos todas pessoas comprometidas com o direito à saúde, vindos de governos, universidades, movimentos sociais, organizações comunitárias e redes de cooperação internacional, afirmamos nossa convicção: **avaliar é um ato político**. E em tempos de capitalismo gerador de injustiças sociais e iniquidades esse ato se torna ainda mais urgente, com políticas que tentam esvaziar o sentido público da saúde e capturar a avaliação como instrumento de controle.

Na mesma direção, entendemos o movimento da **Promoção da Saúde como um processo coletivo, social, ético e político** ancorado na teoria e na prática da determinação social do processo saúde-doença-cuidado.

É urgente explicitar a importância das práticas antirracistas, incluindo a racialização dos dados e das análises interseccionais.

Belo Horizonte se faz território de encontro, reflexão e debate chamando à construção de uma outra cultura de monitoramento e avaliação da Promoção da Saúde viva, pública e emancipadora, que não expresse a hegemonia epistêmica de métodos experimentais.

A **Carta de Belo Horizonte** é um chamado:

- às comunidades de avaliadores para que reforcem os aspectos antirracistas e decoloniais nas avaliações e que sejam mais responsivas aos contextos e necessidades da população negra, das comunidades de favelas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos das florestas;
- às/aos gestores públicos, para que façam da avaliação um instrumento de fortalecimento das políticas públicas pautado por valores democráticos, de justiça social, equidade e sustentabilidade;

- às trabalhadoras e trabalhadores da saúde, para que reivindiquem o sentido ético-político do cuidado em processo permanente de reflexão sobre suas práticas;
 - aos movimentos sociais, para que mantenham viva a chama da insurgência;
 - às universidades e instituições, para que impulsionem a produção de conhecimento engajado;
 - ao setor privado, para que se comprometa com as premissas de um pacto global para enfrentamento da crise climática;
 - às organizações internacionais, para que escutem os povos e não representem interesses comerciais.
-

I. Diagnóstico crítico

Resistimos a uma lógica que transforma o **monitoramento e a avaliação em Promoção da Saúde** em ferramentas de gestão descoladas da vida. Resistimos a indicadores que não escutam, a metas que não tocam o real, a planilhas que silenciam vozes.

Resistimos à **tecnocracia que se esconde sob o manto da neutralidade**, ao discurso que diz medir o que importa, mas ignora as dimensões políticas, culturais e afetivas que constituem a saúde e o cuidado.

Resistimos às **formas externas e verticalizadas de avaliação**, impostas por organismos financeiros ou por modelos de gestão empresarial, que desconsideram os territórios, as desigualdades e as histórias de luta de nossos povos.

Essas formas invisibilizam e mascaram contradições sociais, enquanto promovem uma aparência de eficiência, que parecem servir muito mais ao mercado do que à vida.

Resistimos também à captura do debate sobre avaliação pelos **paradigmas neoliberais**, que reduzem a política a desempenho, o/a gestor a executor/a, o/a cidadã/ao mero/a consumidor/a. A avaliação, quando despolitizada, deixa de ser instrumento de emancipação para se tornar engrenagem da dominação.

II. Avaliar é um ato político

A avaliação é território de disputa. Cada indicador, cada pergunta, cada relatório expressa escolhas sobre o que e quem é visível, sobre o que conta e o que é contado.

Por isso, reafirmamos o monitoramento e a avaliação da Promoção da Saúde **como ato político, ético e coletivo**, a serem realizados com as pessoas envolvidas, em toda a sua diversidade e não sobre elas.

Avaliar é um exercício de escuta e diálogo, de construção de sentido e de partilha de poder.

É reconhecer que o conhecimento nasce dos territórios, das práticas e das experiências vividas, e que toda medição carrega uma intencionalidade. Avaliação como ato político pressupõe que para além dos contextos e cenários possamos ampliar nosso olhar para a conjuntura política e a determinação social.

É reafirmar a centralidade dos territórios e das populações historicamente invisibilizadas na construção de processos avaliativos, reconhecendo que promover a saúde exige escutar sujeitos, valorizar saberes populares e incorporar as diversidades culturais, sociais e raciais que compõem a vida nos diferentes contextos.

Acreditamos em uma **avaliação comprometida com** a aprendizagem, os processos decisórios esclarecidos, participativos e consequentes, a democracia, a equidade e o cuidado.

Uma avaliação que ilumina caminhos, uma bússola que ajuda no itinerário e não hierarquiza pessoas; que revela contradições e não as disfarça; que valoriza o erro como aprendizado e o conflito como motor de transformação.

Uma avaliação que fortalece o Sistema Único de Saúde (SUS), todas as outras políticas sociais e todas as formas de organização social que lutam pela saúde como direito e não como mercadoria.

III. Compromissos e propostas — Por uma cultura de monitoramento e avaliação da Promoção da Saúde

Nós, reunidos nesta Carta de Belo Horizonte, afirmamos os seguintes compromissos:

1. **Valorizar avaliações que considerem indicadores, perguntas avaliativas, referenciais e métodos ligados à agenda antirracista e decolonial**, assegurando que não sejam instrumentos de manutenção de poder e reprodução de estruturas pautadas em modelos do Norte Global.
2. **Repolitizar o monitoramento e a avaliação**, reconhecendo-os como práticas sociais e não apenas técnicas.
3. **Fortalecer a dimensão pública da produção de dados**, garantindo transparência, controle social e soberania informacional.
4. **Valorizar o conhecimento situado e a escuta dos territórios**, incorporando metodologias participativas e interculturais.
5. **Construir e fortalecer redes latino-americanas de avaliação crítica**, que articulem experiências locais, saberes populares, instituições de ensino e instituições públicas.
6. **Formar gestores/as e avaliadores/as com consciência política**, capazes de compreender as implicações éticas e sociais de seu trabalho que favoreçam a tomada de decisão.
7. **Defender o monitoramento como prática contínua de cuidado**, que acompanha processos e não apenas resultados.
8. **Promover a saúde como campo de direitos e solidariedades**, resistindo à sua mercantilização.

9. **Apoiar políticas públicas baseadas em justiça social, equidade e bem viver**, não em indicadores e metas desconectadas da realidade, incorporando análises qualitativas, indo além de resultados numéricos.
10. **Promover avaliações antirracistas**, focalizando nos estudos, na composição das equipes, nas escolhas bibliográficas e na racialização de dados e análises.

Esses compromissos nascem da convicção de que a avaliação pode ser ferramenta de justiça social e racial e do dismantelamento do racismo institucional, quando reconectada à política, ao território e à vida.

IV. Chamada à ação para ativar processos participativos em avaliação, decoloniais e culturalmente sensíveis

As éticas de participação, da descolonização e do agir culturalmente sensível devem se tornar signos essenciais das avaliações contemporâneas para:

- Reconhecer as diversidades culturais e experiências locais que foram marginalizadas durante o período colonial;
- Explorar como as estruturas de avaliação refletem e perpetuam desigualdades históricas;
- Promover a valorização dos territórios e povos originários;
- Defender a autonomia das comunidades, assegurando que as suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

A Carta de BH convoca a comunidade de avaliadores, gestores públicos, movimentos sociais, universidades, organismos internacionais a construir e fortalecer agendas de pesquisa, formação e de *advocacy* dos valores e princípios manifestados nesta Carta para:

- Estimular pesquisas com referenciais e métodos ligados à agenda antirracista e decolonial;
- Incentivar pesquisas avaliativas interdisciplinares e intersetoriais que enderecem necessidades sociais e contemporâneas como por exemplo, a injustiça ambiental;
- Assegurar que todos os atores afetados pelas políticas, incluindo populações vulneráveis e grupos historicamente marginalizados, participem ativamente do processo de pesquisa;
- Valorizar a diversidade de saberes, incorporando saberes comunitários, tradicionais e indígenas, reconhecendo múltiplas perspectivas sobre saúde, bem-estar e desenvolvimento;
- Incentivar metodologias inovadoras e adaptáveis, adotando abordagens participativas, digitais, de baixo custo e culturalmente sensíveis, que se ajustem aos contextos locais;
- Promover transparência e controle social, garantindo que dados, métodos e resultados sejam acessíveis e compreensíveis, permitindo a construção coletiva de soluções;

- Fomentar diálogo e negociação, transformando a avaliação em espaço de escuta mútua, negociação de prioridades e construção de consensos entre diferentes atores sociais e institucionais;
- Fortalecer o caráter formativo e contínuo da avaliação, enfatizando o acompanhamento de processos e trajetórias, não apenas resultados, transformando a avaliação em instrumento de aprendizado, melhoria contínua e planejamento adaptativo;
- Conectar a avaliação à equidade e justiça social, assegurando que o processo identifique desigualdades, proponha soluções inclusivas e contribua para reduzir barreiras estruturais e históricas.

Em suma: para dar visibilidade à coprodução da vida coletiva digna.

Signatários:

Participantes do Encontro Latino-Americano de Monitoramento e Avaliação da Promoção da Saúde

GT de Promoção da Saúde da ABRASCO

GT de Avaliação em Saúde da ABRASCO

CEPEDOC Cidades Saudáveis

Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação

Oficina Latino-Americana da União Internacional de Promoção e Educação na Saúde

Processo colaborativo para a promoção da saúde na América Latina - Caixa de Ferramentas

Nota Metodológica sobre como a Carta de BH foi elaborada:

1. Produção de um primeiro rascunho – V1 - com o apoio principal de dois artigos (Silva, Rogério Renato, Imura, Carolina, Carneiro, Ana Maria, & Teixeira, Fernanda (2023). *Avaliação e democracia: Repensando práticas participativas, decoloniais e culturalmente sensíveis*. Revista Brasileira de Avaliação, 12(1), e120323. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312003> e Akerman M, Mendes R, Bógus CM. *É possível avaliar um imperativo ético?*. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2004Jul;9(3):605–15. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300013>).
2. V1 submetida ao crivo da Comissão Científica do Encontro Latino Americano de M&A em 3 de novembro de 2025.
3. V2 elaborada e posta em Consulta Pública entre 5 e 26 de novembro de 2025 com 18 participações e 123 sugestões.
4. V3 - com algumas sugestões da Consulta – submetida ao Encontro de Perspectivas Futuras de Ações INTERGTs após o ELAPS em 28/11/2025 realizado no ABRASCO.
5. V4 elaborada a partir da inclusão das sugestões recolhidas na Consulta Pública.
6. V5 – versão final da Carta de BH – após circulação da mesma entre membros do GT de Promoção da Saúde da ABRASCO e do GT de Avaliação em Saúde da ABRASCO.